ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO DE SURDOS: PERCEPÇÕES EM UMA GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DO ALTO SERTÃO ALAGOANO

Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade [1]
Evelin da Silva Santos[2]
Samara Cavalcanti da Silva [3]

INTRODUÇÃO

A educação de surdos no Brasil tem sido atravessada por mudanças legais e educacionais que ampliaram o reconhecimento das especificidades linguísticas e culturais das pessoas surdas. Entre esses avanços, destacam-se a Lei nº 10.436/2002, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão; o Decreto nº 5.626/2005, que regulamentou esse reconhecimento; e a Lei nº 14.191/2021, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e inseriu a Educação Bilíngue de Surdos como modalidade de educação escolar.

Nessa perspectiva, a Educação Bilíngue reconhece a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua, considerando as particularidades linguísticas dos estudantes surdos. Essa compreensão ultrapassa a utilização da Libras como recurso complementar de acessibilidade, pois envolve condições para que a língua de sinais participe efetivamente dos processos de comunicação, interação e construção do conhecimento. Quadros e Schmiedt (2006) contribuem para essa discussão ao abordarem a relação entre Libras e Língua Portuguesa na escolarização dos estudantes surdos, enquanto Skliar (1998) problematiza concepções educacionais que desconsideram as diferenças linguísticas e culturais desses sujeitos.

Essa problemática ganha relevância quando considerada a percepção dos Articuladores de Ensino, profissionais que acompanham demandas pedagógicas das

[1]Mestranda do Curso de Mestrado em Educação Inclusiva - PROFEI/UNEAL. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS); claudiana.andrade.profei.t5@alunos.uneal.edu.br;
[2] Graduanda em Pedagogia - UNEAL, evelin.santos.2023@alunos.uneal.edu.br;
[3] Professora Titular da UNEAL, Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil; samara.melo@uneal.edu.br.

unidades escolares. O pôster que originou este artigo apresentou um recorte inicial com dez Articuladores e evidenciou a ausência de turmas bilíngues nas escolas representadas pelos respondentes. Com a continuidade da investigação, o questionário permaneceu disponível até 29 de abril de 2026 e alcançou 14 participantes, ampliando o corpus empírico.

Diante disso, o artigo objetiva analisar as percepções dos Articuladores de Ensino acerca da educação de surdos e das condições relacionadas à Educação Bilíngue nas unidades escolares acompanhadas por uma Gerência Especial de Educação do Alto Sertão alagoano, considerando as condições linguísticas, pedagógicas e formativas relatadas pelos participantes.

METODOLOGIA

O estudo constitui um recorte de uma pesquisa de mestrado profissional, de abordagem qualitativa e fundamentada nos pressupostos da pesquisa colaborativa (Ibiapina; Bandeira; Araújo, 2016). Participaram 14 Articuladores de Ensino de uma Gerência Especial de Educação localizada no Alto Sertão alagoano.

Os dados foram produzidos por meio de questionário disponibilizado no Google Forms entre 25 de fevereiro e 29 de abril de 2026, composto por questões abertas e fechadas relacionadas às experiências formativas e às percepções acerca da educação de surdos. A análise foi realizada mediante Análise de Conteúdo Temática, com base em Minayo (2016), considerando, neste recorte, aspectos relacionados à Educação Bilíngue de Surdos e às condições linguísticas, pedagógicas e formativas identificadas pelos participantes.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, sob o Parecer nº 7.977.040. Foram assegurados o anonimato e a confidencialidade das informações, sendo os participantes identificados pelos códigos AE01 a AE14.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação de surdos foi historicamente atravessada por concepções centradas na deficiência e na oralização. Em contraposição, Skliar (1998) problematiza essa

ISSN: 2358-8829

perspectiva ao reconhecer as dimensões linguísticas e culturais da surdez, deslocando a discussão para as condições de participação e aprendizagem oferecidas aos sujeitos surdos.

No Brasil, a Lei nº 10.436/2002 reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, enquanto o Decreto nº 5.626/2005 regulamentou esse reconhecimento. Posteriormente, a Lei nº 14.191/2021 inseriu a Educação Bilíngue de Surdos na LDB, considerando a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua. Nessa perspectiva, Quadros e Schmiedt (2006) contribuem para compreender as especificidades linguísticas envolvidas na relação entre essas línguas no processo educacional.

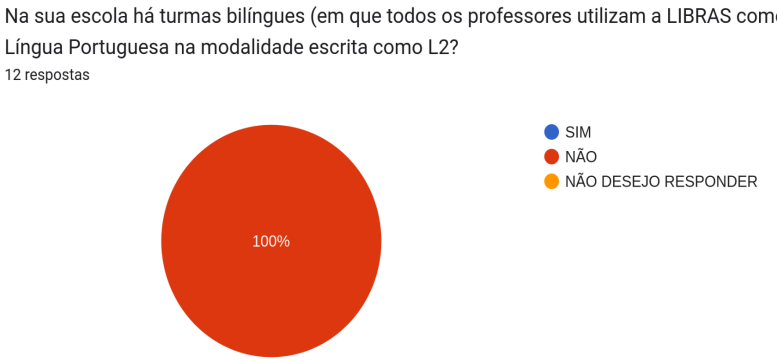
As condições de interação também assumem relevância para a escolarização. As contribuições de Vigotski (1998) permitem compreender a importância das relações sociais e da mediação para a aprendizagem e o desenvolvimento. Na educação de surdos, essa discussão articula-se ao reconhecimento das identidades surdas (Perlin, 1998) e da visualidade como dimensão importante das práticas pedagógicas (Campello, 2008).

Desse modo, a Educação Bilíngue ultrapassa a presença do estudante surdo na escola e requer condições linguísticas, pedagógicas e formativas que favoreçam sua participação. Lacerda e Santos (2023) contribuem para essa discussão ao abordarem políticas, práticas e desafios relacionados à Educação Bilíngue, evidenciando a necessidade de considerar as especificidades linguísticas dos estudantes e a formação dos profissionais envolvidos em sua escolarização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise evidenciou desafios relacionados à Educação Bilíngue, às condições de participação linguística dos estudantes surdos e à formação dos profissionais. No recorte inicial apresentado no pôster, os dez Articuladores de Ensino informaram não haver, nas unidades escolares por eles representadas, turmas organizadas com Libras como primeira língua e Língua Portuguesa escrita como segunda língua.

Gráfico 1 – Existência de turmas bilíngues nas unidades escolares representadas pelos participantes no recorte inicial da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa, Google Forms (2026).

O resultado evidencia um distanciamento entre o reconhecimento legal da Educação Bilíngue, assegurado pela Lei nº 14.191/2021, e as condições relatadas pelos participantes. Contudo, não permite afirmar a inexistência de outras práticas relacionadas à educação de surdos no contexto investigado.

Com a ampliação do corpus para 14 Articuladores, também emergiram barreiras linguísticas. Nas três respostas que mencionaram a presença de estudantes surdos, foram relatadas dificuldades relacionadas ao domínio da Libras e à ausência de intérprete. AE03 afirmou que "os alunos não dominam Libras e não tem intérpretes", enquanto AE01 registrou estudante "sem domínio da LIBRAS e sem intérprete". Esses achados reforçam que a presença do estudante na escola não assegura, isoladamente, condições efetivas de comunicação e participação, aspecto que dialoga com as discussões de Skliar (1998), Quadros e Schmiedt (2006) e Campello (2008).

A formação continuada constituiu outro desafio: 12 dos 14 Articuladores afirmaram nunca ter participado de formação específica sobre inclusão de estudantes surdos promovida pela SEDUC/AL. Os participantes apontaram como conhecimentos necessários Libras, Educação Bilíngue, metodologias visuais, cultura e identidade surda e trabalho colaborativo.

Os achados demonstram, portanto, que as condições linguísticas, pedagógicas e formativas estão interligadas. Embora os Articuladores reconheçam elementos necessários à inclusão dos estudantes surdos, permanecem desafios para aproximar os direitos linguísticos assegurados legalmente das condições vivenciadas no cotidiano escolar.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciaram desafios para a efetivação dos direitos linguísticos dos estudantes surdos no contexto investigado. No recorte inicial, os dez Articuladores de Ensino não identificaram turmas organizadas segundo a configuração bilíngue apresentada no questionário. Com a ampliação do corpus para 14 participantes, também foram relatadas barreiras relacionadas à comunicação em Libras, à ausência de intérprete e às condições de participação dos estudantes.

A formação continuada mostrou-se outro aspecto relevante, uma vez que 12 dos 14 participantes afirmaram não ter participado de formação específica sobre educação de surdos promovida pela SEDUC/AL. As respostas apontaram como necessárias temáticas relacionadas à Libras, Educação Bilíngue, metodologias visuais, cultura e identidade surda.

Conclui-se que o fortalecimento da educação de surdos requer a articulação entre direitos linguísticos, formação profissional e condições pedagógicas que favoreçam a participação e a aprendizagem. Embora circunscritos ao contexto investigado, os achados podem contribuir para o planejamento de ações formativas mais próximas das demandas identificadas pelos profissionais.

Palavras-chave: Educação de Surdos; Educação Bilíngue; Libras; Formação Continuada; Articuladores de Ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF, 4 ago. 2021.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. **Aspectos da visualidade na educação de surdos**. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2008.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo; BANDEIRA, Hilda Maria Martins; ARAÚJO, Francisco Antonio Machado (org.). **Pesquisa colaborativa**: multirreferenciais e práticas convergentes. Teresina: EDUFPI, 2016.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (org.). **Educação bilíngue para surdos**: políticas, práticas e desafios. Campinas: Mercado de Letras, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 96 p.

PERLIN, Gladis T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 51-73.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília, DF: MEC, SEESP, 2006.

SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre a diferença. Porto Alegre: Mediação, 1998.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.